

# **CAPITALISMO INFORMACIONAL E INOVAÇÃO SOB A ÓTICA DA RBV (RESOURCE-BASED VIEW)**

J. ASSOLARI 1; T. LEITE, T. 2; C. RAMOS, C. e M. ZILBER 4.

1 Mestranda em Administração de Empresas pela Universidade Mackenzie.

2 Mestrando em Administração de Empresas pela Universidade Mackenzie.

3 Doutorando em Administração de Empresas pela Universidade Mackenzie.

4 Doutor em Administração pela USP e Professor na Universidade Mackenzie.

## **COMO CITAR O ARTIGO:**

J. ASSOLARI 1; T. LEITE, T. 2; C. RAMOS, C. e M. ZILBER 4.

**Capitalismo informacional e inovaçõesbo a ótica da RBV (resource-based view).** URL: [www.italo.com.br/portal/cepep/revista\\_eletronica.html](http://www.italo.com.br/portal/cepep/revista_eletronica.html). São Paulo SP, v.8, n.4, p. 199-225, out/2018.

## RESUMO

Congregando sobretudo indústrias cujo predomínio de sua sofisticação tecnológica procura se traduzir em maior eficiência na alocação dos recursos, a Terceira Revolução Industrial se apresenta também pela necessidade de maior qualificação da força de trabalho e, por conseguinte, como momento em que as organizações empresarias passam notadamente a substituir a mão de obra humana por máquinas e computadores. Desta forma, o crescimento econômico é redimensionado pelo denso impacto de inovações tecnológicas, sendo algumas até bem voláteis, o que justificaria sua substituição por novas tecnologias, promovendo inclusive releituras dos formatos de expansão das empresas, como no caso de alianças empresariais. O capitalismo informacional corresponde ao conjunto de transformações provocadas pela revolução tecnológica sobre a dinâmica socioeconômica, sendo tal revolução caracterizada pelo aumento significativo da troca de ideias e de informações. Nesse contexto, o tema do presente estudo é o capitalismo informacional e inovação, analisados sob a ótica da *resource-based view* (RBV). Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de natureza qualitativa, realizada por meio de livros, artigos, *sites* e periódicos.

**Palavras-chave:** Capitalismo Informacional. Inovação. Vantagem competitiva. *Resource-based view* (RBV).

## **ABSTRACT**

By combining mainly industries whose predominance in their technological sophistication seeks to translate into greater efficiency in the allocation of resources, the Third Industrial Revolution is also due to the need for greater qualification of the labor force and, consequently, as a moment in which business organizations pass notably to replace human labor with machines and computers. In this way, economic growth is scaled down by the dense impact of technological innovations, some of which are even very volatile, which would justify their replacement by new technologies, promoting even re-readings of companies' expansion formats, as in the case of business alliances. The informational capitalism corresponds to the set of transformations provoked by the technological revolution on the socioeconomic dynamics, being such a revolution characterized by the significant increase of the exchange of ideas and information. In this context, the theme of the present study is informational capitalism and innovation, analyzed from a resource-based view (RBV) perspective. It is a bibliographical research, of a qualitative nature, carried out through books, articles, websites and periodicals.

**Keywords:** Informational Capitalism. Innovation. Competitive advantage. Resource-based view (RBV).

## **Introdução**

A sociedade pós-industrial nasceu com a Segunda Guerra Mundial, a partir do aumento da comunicação entre os povos, com a difusão de novas tecnologias e com a mudança da ordem econômica. De 1945 até os dias atuais, o capitalismo atingiu seu amadurecimento quanto à concentração do capital, baseada, sobretudo, na automação dos processos produtivos e na acentuada rotatividade dos meios de produção.

O aumento dos encargos públicos decorrente das políticas sociais em diversas áreas de interesses põe fim ao bem estar social<sup>8</sup> na década de 1980, instalando-se na economia mundial o neoliberalismo. Assim, apoiado na ordem natural econômica, ou seja, no mecanismo de preços, o neoliberalismo gera o encolhimento dos mecanismos de efetivação dos direitos sociais e, com o fenômeno da globalização, provoca, além da desregulamentação da economia, a ênfase à racionalidade produtiva e organizacional e a conversão das ciências em técnicas produtivas.

A globalização é uma nova etapa no desenvolvimento do capitalismo, na qual a integração mundial de mercados suplanta a estruturação anterior do sistema em economias nacionais sendo o capitalismo sustentado pelo uso sem precedentes de recursos tecnológicos.

Para Schumpeter (1934), o desenvolvimento econômico nos países capitalistas é dirigido pelo impacto das inovações tecnológicas,

---

<sup>8</sup> Sistema econômico que procurava conciliar o capitalismo com a proteção social. Unifal em Pesquisa, São Paulo SP, v.8, n.4 out/2018

as quais ocorrem por meio de um processo dinâmico, com a substituição das antigas tecnologias pelas novas tecnologias. Portanto, é por meio da inovação que se chega ao desenvolvimento e, conseqüentemente, ao crescimento econômico.

Desse modo, no presente estudo buscou-se examinar o fenômeno do capitalismo informacional em uma abordagem qualitativa, procurando destacar as conseqüências da inovação tecnológica na economia.

### **Modelo Keynesiano de Estado**

A crise de 1929 provocou uma profunda recessão e desemprego em massa, culminando, após a Segunda Guerra Mundial, na formação de um Estado regulador da economia e pautado em políticas sociais produtivas, alicerçando assim as bases do chamado estado de Bem-Estar Social, que congregaria a política econômica de pleno emprego defendida por Keynes<sup>9</sup> e o conceito de proteção social proposto no relatório de Beveridge<sup>10</sup>.

Esse novo sistema teve por objetivo uma proteção social que visava a garantir um rendimento que poderia substituir os salários quando interrompidos pelo desemprego, por doença ou por acidente, sendo a intervenção do Estado vinculada à criação de uma política de proteção social, no qual o Estado passa a intervir diretamente nas

---

<sup>9</sup> Importante ressaltar que a teoria keynesiana parte da constatação de que numa economia capitalista o pleno emprego não é uma situação permanente ou única de equilíbrio, advogando que o desemprego involuntário não só pode existir como pode ser uma condição persistente, que se estenda ao longo do tempo, o que o caracterizaria como sendo um novo ponto de equilíbrio.

<sup>10</sup> Concebido em 1942 pelo inglês William Beveridge, para revisão do Sistema de Seguridade Social da Inglaterra, no qual foi apontado como causa principal o desemprego, dentre as oito enumeradas.

relações entre o empresariado e a classe trabalhadora, estabelecendo não somente uma regulamentação jurídica do mercado de trabalho, por intermédio da legislação social e trabalhista específica, mas também gerindo a organização e prestação de serviços sociais (SIMIONATTO, 1995, p.77).

Segundo De Masi (2000), após a Segunda Guerra Mundial, nasceu a sociedade pós-industrial com o aumento da comunicação entre os povos, com a difusão de novas tecnologias e com a mudança da base econômica. Um tipo de sociedade já não baseada na produção agrícola, tampouco na indústria, mas na produção de informação, serviços, símbolos e estética.

O fator central não está focado na produção em grande escala de bens materiais, e sim de bens imateriais. Estes últimos poderiam ser traduzidos por educação, serviços, estética e principalmente informação. (De MASI, 2000, p.129).

Contra-pondo-se ao capitalismo-liberal, o keynesianismo admite a interferência do Estado no mercado de forma a norteá-lo, sendo dele cobradas ações concretas em políticas públicas, a fim de contornar os desequilíbrios sociais e econômicos inerentes ao capitalismo, por assim dizer.

[...] Encontrando-se o Estado em situação de poder calcular a eficiência marginal dos bens de capital a longo prazo e com base nos interesses gerais da comunidade, espero vê-lo assumir uma responsabilidade cada vez maior na organização direta dos investimentos [...] (KEYNES, 1982, p.135).

Isto posto, por meio de políticas macroeconômicas prevaletentes no pós-Segunda Guerra, o Estado passa a atuar na economia implementando políticas de bem-estar social, combatendo o

desemprego e adotando políticas redistributivas de rendas, tendo em vista a mitigação de uma ameaça socialista, calcada no enfraquecimento da atuação do movimento operário e da legitimação do capitalismo.

Para De Masi (2000), o padrão keynesiano de desenvolvimento econômico levou à criação do chamado Estado de bem-estar social ou *Welfare State*<sup>11</sup>. Esse pacto social entre capital e trabalho implicou pelo lado dos capitalistas o reconhecimento dos sindicatos como legítimos representantes da classe trabalhadora, os quais podiam se organizar e criar instrumentos políticos para exigir seus direitos, e pelo lado dos trabalhadores o reconhecimento legítimo dos capitalistas como proprietários dos meios de produção e organizadores do processo produtivo.

As políticas keynesianas e o Estado do bem-estar social tiveram crédito e sucesso nos países industriais do Ocidente a partir dos anos de 1930 e, sobretudo, entre o fim da Segunda Guerra Mundial e o início dos anos de 1970. Elas conseguiram uma reestruturação da relação entre capital e trabalho que altera os objetivos, os instrumentos e o terreno do conflito de classe por meio de acordos entre empregadores e sindicatos.

Singer (1998) refere-se a esse período de pleno emprego e crescimento como anos dourados do capitalismo, pois, sob a ótica do trabalho, o keynesianismo o eleva à condição de direito ao qual todos

---

<sup>11</sup> Sistema econômico baseado na livre-empresa, mas com acentuada participação do Estado na promoção de benefícios sociais, conforme registrado em: SANDRONI, P. Dicionário de economia do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2005.  
Unifal em Pesquisa, São Paulo SP, v.8, n.4 out/2018

devem ter acesso, criando, paralelamente, vários outros mecanismos de distribuição de renda.

### **A Crise do Modelo Keynesiano: O Neoliberalismo**

O modelo keynesiano buscou um modo de conciliar os interesses capitalistas e os da classe trabalhadora, como a regulação da atividade econômica, procurando manter elevados níveis de crescimento que, por conseguinte, levaria ao desenvolvimento econômico. Todavia, tais mudanças representaram uma melhor repartição dos ganhos do capital, ainda que jamais a total ausência de exploração, ou seja, a igualdade material e social proclamada pelo pensamento marxista. Porém, na década de 1970, os choques do petróleo, a crise financeira e as constantes alterações monetárias ameaçaram o Estado Social, resultando em uma profunda instabilidade conjuntural:

[...] os ciclos de prosperidade e estagnação se tornaram cada vez mais curtos, solapando velozmente as bases fiscais de financiamento dos gastos sociais. E com a aceleração da inflação, com os desequilíbrios financeiros decorrentes da queda das receitas tributárias e do aumento das despesas públicas, com a elevação das taxas de desemprego e a subsequente ampliação das tensões trabalhistas e das pressões sindicais, com os confrontos crescentes entre política econômica e política social e com o forte abalo no consenso quanto ao 'círculo virtuoso' entre crescimento e correção de desigualdades, o repertório de fórmulas, métodos, estratégias, mecanismos e instrumentos regulatórios das políticas keynesianas e do Estado 'social' que as implementavam acabou esgotando suas virtualidades (FARIA, 1999, p. 116).

O aumento dos encargos públicos, decorrente das políticas sociais em diversas áreas de interesses, traria a conseqüente diminuição das

receitas, atingindo as bases fiscais do Estado, comprometendo assim o financiamento dos gastos sociais. Desse modo, a nova crise do capitalismo coloca o keynesianismo em xeque. Os conservadores acusavam a presença do Estado na economia como causa da mencionada crise, porquanto inibia os investimentos e o crescimento econômico.

Como solução, se propôs a retração da atuação estatal como reflexo de uma ideologia emergente: o neoliberalismo, pautado na imprescindibilidade em assegurar a estabilidade financeira e monetária, sistema no qual medidas de privatização e de desregulamentação dos mercados financeiros são desenvolvidas, o que contribui para o desmonte do puro modelo keynesiano (FARIA, 1999).

Apoiado no não engessamento do Estado, o neoliberalismo gera o encolhimento dos mecanismos de efetivação dos direitos sociais. Junto ao fenômeno da globalização, o capitalismo neoliberal provocou, além da desregulamentação da economia, a ênfase à racionalidade produtiva e organizacional e a conversão das ciências em técnicas produtivas, objetivando um modelo de eficiência caracterizado em produzir muito mais envolvendo cada vez menos recursos, corroborada pela história que registra cerca dez mil anos para a agricultura nos levar à indústria, que por sua vez necessitou de apenas duzentos anos para nos levar à sociedade Pós-Industrial. (LUCCI, 2017)

### **A Terceira Revolução Industrial**

Os últimos anos do século XX constituíram um novo marco na história da humanidade, por meio do fenômeno da globalização,

preconizando-se a ideia de um mundo sem fronteiras, com os mercados integrados e as relações entre os países bastante intensificadas, tanto nos aspectos produtivos quanto nos fluxos comerciais e financeiros.

O final do século XX foi marcado por eventos importantes que ocorreram rapidamente, e eventualmente culminaram com o estabelecimento de uma nova era (CASTELLS, 1999). A característica desse intervalo é a transformação de nossa cultura material para um novo paradigma tecnológico que se organiza em torno da informação que passa a ser de fundamental importância para a criação de novos arranjos socioeconômicos, afetando também os cenários políticos e tecnológicos.

A intensificação do comércio dos bens e serviços entre os países associadas ao neoliberalismo, determinam novas formas de organização do trabalho e traduzem o intento capitalista de perpetuar a exploração da classe operária, em nome da maximização do lucro. A globalização é uma nova etapa no desenvolvimento do capitalismo, na qual a integração mundial de mercados suplanta a estruturação anterior do sistema em economias nacionais autônomas. Esse processo de globalização econômica estaria sendo acompanhado por um processo análogo e interligado de mundialização da cultura, com valores e identidades globais (CARRION E VIZENTINI, 1998).

Para os autores Carrion e Vizentini (1998), o marco inicial desse processo se inicia entre os anos de 1968 e 1972, com as mudanças sociais, políticas e tecnológicas sofridas pela humanidade. Desde então, o mundo vem atravessando mudanças profundas na sua forma de organização política, cultural e social, rompendo com paradigmas ainda

gestados no final da Idade Média europeia, conhecido com o período da renascença.

Na Terceira Revolução Industrial a eletrônica aparece como uma verdadeira modernização da indústria. Alguns pesquisadores defendem sua origem nos Estados Unidos, sobretudo na Califórnia (informática e telecomunicações), no Japão (robótica e microeletrônica) e na Europa ocidental, em particular na Alemanha (biotecnologia e química fina), enquanto outros, declaram seu início por volta de 1970 com o descobrimento da robótica, empregada na linha de montagem de automóveis. Outro grupo, defende ainda que iniciou-se a partir dos anos 1990, com o uso do computador pessoal e da internet. Coutinho (1999), justifica que teria se dado a partir do final dos anos 1970, quando a mudança tecnológica se acelerou.

Nesse sentido, transformou as estruturas industriais, sob o impacto da veloz difusão das tecnologias da informação, baseadas na microeletrônica. [...] a emergência de um novo paradigma organizacional tecnológico está entre os traços mais marcantes da evolução do capitalismo nos anos 80 e 90. (COUTINHO, 1999, p.363)

Para Singer (1998) a Terceira Revolução Industrial desencadeou a “descentralização do capital” além do desemprego tecnológico, pois as grandes organizações empresariais seriam induzidas pelo mercado a terceirizar diversos setores produtivos, objetivando redução de custos e aumento da produtividade.

Com isso, atividades antes desempenhadas por empregados dessas empresas, agora passam a ser exercidas por trabalhadores autônomos, temporários, pequenos empresários, sem as garantias e os direitos sociais e trabalhistas que antes

possuíam, diminuindo os postos de emprego formais. (SINGER, 1998, p.17)

A Terceira Revolução Industrial opera, portanto, mudanças que podem ser notadas no âmbito estatal por intermédio da flexibilização dos direitos e desregulamentação da economia, bem como pela privatização das empresas estatais. Conforme sustenta Antunes (1999), ocorre novamente a substituição do homem pela máquina, especialmente no que se refere à mão de obra especializada na execução de tarefas repetitivas.

Santos (2003) afirma ainda que a Revolução Tecnológica é a substituição do trabalho intelectual por computadores, da mesma maneira que a revolução industrial substituiu o trabalho manual (operacional) por máquinas (sistemas).

## **INOVAÇÃO, CAPITALISMO INFORMACIONAL E A RESOURCE BASED VIEW**

A teoria neoclássica tradicional, ou seja, a teoria dos mercados perfeitamente competitivos, analisava a empresa como forma de transformar insumos em produtos. Para tanto, necessitava selecionar a técnica mais apropriada e adquirir os insumos necessários no mercado, incluindo o trabalho e a tecnologia e, neste contexto, o gestor era um mero proprietário desses recursos. Entretanto, o papel da mudança tecnológica na dinâmica econômica era negligenciado pela teoria neoclássica, pela desconsideração de fatores técnicos e

organizacionais, não deixando lugar para a iniciativa e inovação no mundo neoclássico (TIGRE, 1998).

Schumpeter (1934), enfocou a importância da inovação e do avanço tecnológico no desenvolvimento das empresas e por conseguinte da economia, ressaltando o papel da inovação na promoção do desenvolvimento. Advogava ele que a “destruição criativa” revolucionava as estruturas econômicas por dentro, incessantemente destruindo a antiga estrutura e criando uma nova, sendo este o traço essencial do capitalismo.

No capitalismo informacional, o conhecimento é o catalisador de novos recursos e de inovação para as empresas. Nesse sentido, inovação é o uso de um novo conhecimento para oferecer um novo produto ou serviço desejado pelos clientes ou a adoção de ideias que são novas à organização (Afuah, 1998), ao que, sobre a ótica deste, Zilber et. al. (2008, p. 79) explica

A inovação como a combinação da invenção mais a comercialização, ou seja, usar de novos conhecimentos para oferecer um novo produto ou serviço que os clientes desejam. Entretanto, define que o produto ou serviço é novo quando os atributos são melhores ou que nunca existiram no mercado.

Ratificando ainda, a informação é mais acessível e os competidores podem expandir seus domínios, entre outra possibilidade, explorando novas inovações (BOWMAN, AMBOSINI, 2000).

Tidd e Bessant (2005) definem inovação como o processo de transformar ideias em realidade e de capturar o valor associado à sobrevivência e ao crescimento. Os autores ainda destacam que são

necessárias habilidades para identificar novas oportunidades e entendem que inovação e mudança estão relacionadas, dividindo-as em quatro categorias: inovação de produto, inovação de processo, inovação de posição (introdução de produtos/serviços), inovação de paradigma (alterações nos modelos organizacionais).

Já o Manual de Oslo, OCDE (2005), define a inovação dividindo-a em quatro tipos: inovação de produto, inovação de processo, inovação de *marketing* (mudança na forma que um produto é apresentado, alteração na embalagem) e inovação organizacional (novo método de trabalho). O Manual aponta dois critérios principais para se identificar uma inovação: introdução de mudança significativa e ser nova para a empresa.

Isto posto, temos que a inovação no bojo do capitalismo informacional seria movida pela habilidade de estabelecer relações, detectar oportunidades e tirar proveito delas, não consistindo apenas, como abordado na teoria neoclássica tradicional, a abertura de novos mercados (TIDD, 2015), sob essa ótica, o gestor passaria do papel de um mero proprietário de recursos para se tornar um agente de suma importância no desenvolvimento econômico, na medida em que deve ter acesso às novas informações e ao conhecimento, a fim de utilizá-los da melhor maneira para angariar bons resultados para o seu negócio.

Na era do capitalismo informacional, sob à ótica da estratégia empresarial, as principais áreas de decisão dos gestores são a alocação de recursos para maximizar a eficiência do processo de conversão dos recursos da empresa (ANSOFF, 1977), tendo aqui o gestor importância

vital, pois que cabe a ele, primeiramente, angariar o recurso e, depois, utiliza-lo de forma a maximizar o seu resultado. O gestor empreendedor obtém conhecimento e acesso aos canais de distribuição por meio de sua rede social (GREVE, SALAFF, 2003).

O modelo *resource-based view* (RBV) contribuiu para o estudo do gerenciamento estratégico da empresa na medida em que trouxe à discussão os conceitos de recursos, competências e capacidades. Esse modelo procura compreender a razão de diferentes desempenhos entre empresas de mesma indústria, em ambientes de ampla competição sob a ótica dos recursos da empresa.

Na linha da RBV, com relação à questão da vantagem competitiva das empresas, o estudo de Penrose (1959) aponta a importância do conjunto de recursos únicos para a expansão e crescimento da empresa, destacando a importância da base tecnológica (PENROSE, 1960). Por sua vez, Barney (1991) sustenta que, para uma empresa ter vantagem competitiva, precisa ter recursos raros, valiosos, difíceis de imitar e difíceis de substituir. Amit et al. (1993), ao unir a análise da indústria com a visão baseada em recursos, destacou as limitações do gestor na habilidade de criar estratégias, sendo portanto, a habilidade do gestor um recurso intangível importante para o desempenho dos negócios. Peteraf (1993), ao sugerir os pilares da vantagem competitiva, asseverou que os recursos precisam ser heterogêneos, de mobilidade imperfeita e serem barreira à concorrência, *ex ante* e *ex post*.

Sob a ótica da RBV, a durabilidade dos recursos varia consideravelmente, sendo que a velocidade das inovações tecnológicas

aumenta o grau de obsolescência dos bens de capital e recursos tecnológicos (GRANT, 1991). Logo, a aplicabilidade da inovação e da informação se torna uma variável fundamental para o melhor desempenho da organização.

No capitalismo informacional, a desmaterialização ligada à globalização e à aceleração tecnológica, levam as organizações a se constituírem em redes para a troca de informações e recursos. Por sua vez, as redes eletrônicas permitem às empresas um intercâmbio de recursos humanos, que traz a oportunidade de responder às dificuldades que encontram sem dispor internamente de todas as competências que necessitam (DROUVT, FENSTERSEIFER, 2002).

O potencial de inovação é diretamente proporcional ao número de laços diretos, pois compartilha-se o conhecimento e habilidades distintas podem se complementar (AHUJA, 2000).

Nesse cenário de recursos, no capitalismo informacional os principais recursos que podem conferir vantagem competitiva às empresas são o acesso e o gerenciamento da informação (RIFKIN, 2001). Logo, as empresas que possuem informação e conhecimento, quando bem organizados, ficam expostas a um conjunto maior de oportunidades e, aqui, a importância da tecnologia da informação é inquestionável, uma vez que no capitalismo informacional o objetivo é acumular conhecimento para o desenvolvimento tecnológico (CASTELLS, 2007). Por conseguinte, para uma empresa, expandir as fontes de informação pode significar ter acesso a tecnologias que permitirão alocar melhor os seus recursos internos, desenvolvendo vantagens competitivas importantes.

Lemos (2009) no estudo “Inovação na era do conhecimento”, destaca a importância da informação no desempenho das empresas, ressaltando em seu estudo a análise dos autores Lesca e Almeida (1994), que afirmam ser a informação um vetor estratégico importantíssimo, pois pode multiplicar a sinergia dos esforços ou anular o resultado do conjunto dos esforços, ratificando, também, o entendimento de Drucker (1992) de que a informação é fator de produção importante para a obtenção de vantagem competitiva, uma vez que os fatores tradicionais – terras, mão de obra e recursos financeiros – por si sós já não garantem a essencialmente competitividade empresarial.

Buscar reiteradamente a inovação, por meio de criação e desenvolvimento de novos processos e produtos, pela diversificação, ou absorção de tecnologias avançadas, seria assim fundamental para assegurar elevados níveis de produtividade e competitividade das organizações. Nesse contexto, o aprendizado contínuo e interativo (aprendizagem organizacional) configura-se como importante processo que realimenta a inovação tecnológica (LEMOS, 2009).

No capitalismo informacional, o acesso à informação, às novas tecnologias, e o uso destes recursos de forma estratégica são o vetor que leva ao desenvolvimento econômico. Assim, a Revolução da Tecnologia da Informação deu origem a um novo tipo de capitalismo, que é caracterizado por ser global, informacional, refletindo as características da nova economia. A difusão das informações na economia e na sociedade informacional pode ser visualizada como o espaço de articulação entre atores sociais, objetivando a construção de relações entre os vários agentes econômicos (CAPRA, 2002).

Castells (2006) define o informacionalismo como um novo tipo de organização do capitalismo, um novo tipo de capitalismo tecnológico institucionalmente distinto do capitalismo clássico do *laissez-faire*<sup>12</sup> ou keynesiano. Tal reestruturação requer um capital humano com maior iniciativa e capacitação do que o operário fordista, um colaborador mais participativo e pró-ativo, identificando seus objetivos e interesses com os da empresa.

No capitalismo informacional “as sociedades são organizadas em processos estruturados de relações de produção, experiência e poder” (CASTELLS, 2007, p.51). O produto obtido pelo processo produtivo da sociedade é usado em forma de consumo e excedente, e a maneira de se apropriar e controlar o excedente caracteriza o modo de produção. No informacionalismo a fonte de produtividade encontra-se na tecnologia da informação ao passo que no industrialismo percebe-se o crescimento da economia maximizando a produção. Já no informacionalismo, o objetivo é acumular conhecimentos para o desenvolvimento tecnológico das informações a níveis cada vez mais complexos (CASTELLS, 2006).

Para Rifkin (2001), no capitalismo informacional, as alianças estratégicas ou qualquer tipo de parceria entre as empresas são um instrumento essencial para sobreviver em uma economia cada vez mais instável.

A revolução informacional não se reduziu às potencialidades sociais da microeletrônica; antes, manifesta-se no conjunto de formas novas da informação que ela mobiliza, notadamente nos

---

<sup>12</sup> Sistema que defende a total liberdade das atividades econômicas, condenado a intervenção do Estado.

circuitos da inovação na empresa e nas redes que vinculam indústrias, serviços e pesquisa científica (LOJKINE, 2002, p.38).

Para Lojkin (2002) a revolução informacional não se limita à estocagem e circulação de informações codificadas sistematicamente,

Ela envolve a criação, o acesso e a intervenção sobre informações estratégicas, de síntese, sejam elas de natureza econômica, política, científica ou ética; de qualquer forma, informações sobre a informação, que regulam o sentido das informações operatórias, particulares, que cobrem a nossa vida cotidiana (LOJKINE, 2002, p.109).

Vivemos numa era atual reconhecida como “era do acesso” na qual os mercados estão perdendo a noção de propriedade, e conforme destaca Rifkin (2001), a posse do capital físico, que teve sua maior importância na “era industrial”, torna-se cada vez mais marginal ao processo econômico. Portanto, conceitos, ideias e imagens são os verdadeiros itens de valor na nova economia informacional.

## **Conclusão**

As políticas keynesianas e o Estado do bem-estar social tiveram crédito e sucesso nos países industriais do Ocidente a partir dos anos 1930 e, sobretudo, entre o fim da Segunda Guerra Mundial e o início dos anos 1970. Elas conseguiram uma reestruturação da relação entre capital e trabalho que altera os objetivos, os instrumentos e o terreno do conflito de classe por meio de acordos entre empregadores e sindicatos. Porém, na década de 1970, os choques do petróleo, a crise financeira e

as constantes alterações monetárias ameaçaram o Estado Social, que resultou em uma instabilidade conjuntural.

O aumento dos encargos públicos, decorrente das políticas sociais em diversas áreas de interesses, traria a conseqüente diminuição das receitas, atingindo as bases fiscais do Estado, comprometendo o financiamento dos gastos sociais. O neoliberalismo gera o encolhimento dos mecanismos de efetivação dos direitos sociais. Com o fenômeno da globalização, o capitalismo neoliberal provocou, além da desregulamentação da economia, a ênfase na racionalidade produtiva e organizacional e a conversão das ciências em técnicas produtivas.

Com as mudanças sociais, políticas e tecnológicas sofridas pela humanidade, a partir da década de 1970, foi dada origem à Terceira Revolução Industrial que desencadeia a necessidade de acesso às novas tecnologias para o desenvolvimento econômico, sendo que a Revolução da Tecnologia da Informação deu origem a um novo tipo de capitalismo que é caracterizado por três aspectos fundamentais. Trata-se de um capitalismo global, informacional, que reflete as características da nova economia de difusão das informações e do conhecimento.

No capitalismo informacional o conhecimento é o catalisador de inovação para as empresas e, um dos principais recursos que podem conferir vantagem competitiva às empresas. É o acesso e o gerenciamento da informação. Portanto, as empresas que possuem esses recursos ficam expostas a um conjunto maior de oportunidades. É nesse novo contexto que as estratégias empresariais devem focar, pois o acesso à informação e a conversão desta informação em um recurso estratégico são fundamentais para o melhor desempenho da empresa.

## REFERÊNCIAS

AFUAH, A. Innovation management: strategies, implementation, and profit. New York: Oxford University Press, 1998

AHUJA, G. Collaboration networks, structural holes, and innovation: a longitudinal study. *Administrative Science Quarterly*, v. 45, n. 3, p. 425-455, 2000.

ALMEIDA, E. Considerações teóricas sobre o sistema schumpeteriano. *Economia & Empresa*, v. 2, n. 2, p. 4-12, abr./jun. 1995.

AMIT, R.; SCHOEMAKER, P. Strategic assets and organizational rent. *Strategic Management Journal*, v. 14, n. 1, p. 33, Jan. 1993.

ANSOFF, H. *Estratégia empresarial*. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1977.

ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Ed. Cortez/Ed. Unicamp, 1995.

BARNEY, J. B. Firm resources and sustained competitive advantage. *Journal of Management*, v. 17, p. 99-120, 1991.

BOWMAN, C.; AMBROSINI, V. Value creation versus value capture: towards a coherent definition of value in strategy. *British journal of management*, v. 11, n. 1, p. 1-15, 2000.

CAMPELLO, B. O movimento da competência informacional: uma perspectiva para o letramento informacional. Revista Ciência da Informacional, Brasília, v. 32, n. 3, p. 28-37, set./dez. 2003

CASTELLS, M.; ESPANHA, R. A era da informação: economia, sociedade e cultura. Paz e terra, 1999.

\_\_\_\_\_. Communication power. New York: Oxford University Press, 2006, p. 571.

\_\_\_\_\_. Sociedade em rede. A Era da informação: Economia, sociedade e cultura, 10ª ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2007.

CAPRA, F. As conexões ocultas: ciência para uma vida sustentável. São Paulo: Cultrix, 2002.

CAREGNATO, S. E. O desenvolvimento de habilidades informacionais: o papel das bibliotecas universitárias no contexto da informação digital em rede. Rev. de Bibliotecon. & Comum., Porto Alegre, v. 8, p. 47-55, 2000.

CARRION, R. K. M.; VIZENTINI, P. G. F. (org.) Globalização, neoliberalismo, privatizações: quem decide este jogo? 2ª ed. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

COUTINHO, L.; FERRAZ, J. C. Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira. Campinas: Papirus, 1999.

CORÒ, G; GRANDINETTI, R. Evolutionary patterns of Italian industrial districts. Human Systems Management, v. 18, n. 2, p. 117-129, 1999.

DE MASI, D. O futuro do trabalho: Fadiga e ócio na sociedade pós-industrial (Y. A. Figueiredo, Trad.). Rio de Janeiro: José Olympio, 2000.

DUDZIAK, E. A. Information literacy: princípios, filosofia e prática. Ciência da Informação, Brasília, v. 32, n. 1, p. 23-35, /abr, 2003

DROUVOT, H.; FENSTERSEIFER, J. O papel das redes de cooperação nas políticas de inovação tecnológica das pequenas e médias empresas. ENANPAD, Salvador, v. 22, 2002.

DRUCKER, P. Administrando para o futuro: os anos 90 e a virada do século. São Paulo: Pioneira, 1992.

FALABELLA, G. Uma discussão teórico-comparativa: uma análise de experiências internacionais. In: NEDER, R. T. et al. Automação e movimento sindical no Brasil. São Paulo: Hucitec/CEDEC/OIT/PNUD/IPEA, 1988. p.15-16.

FARIA, J. Direito e economia na democratização brasileira. São Paulo: Malheiros, 1999

FARIA, A. Terceirização: um desafio para o movimento sindical. p.43. In: RAMALHO, José Ricardo e MARTINS, Heloisa de Souza. Terceirização-Diversidade e Negociação no Mundo do Trabalho. São Paulo: Hucitec/CEDI-NETS,1994.

GRANT, R. The resource-based theory of competitive advantage: implications for strategy formulation. In: Knowledge and strategy, 1999. p. 3-23.

GREVE, A; SALAFF, J. W. Social networks and entrepreneurship. Entrepreneurship theory and practice, v. 28, n. 1, p. 1-22, 2003.

KEYNES, J.M. A teoria geral do emprego, do juro e da moeda. São Paulo: Atlas, 1982.

KLEINBERG, M. What is the current and future status of conventional amphotericin B? International Journal of Antimicrobial Agents. v. 27, n. 1, p. 12, 2006.

LEMOS, C. Inovação na era do conhecimento. Parcerias estratégicas, v. 5, n. 8, p. 157-180, 2009.

LESCA, H.; ALMEIDA, F. C. Administração estratégica da informação. Revista de Administração, São Paulo, v. 29, n. 3, p. 66-75, jul./set. 1994.

LOJKINE, J. A revolução informacional. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LUCCI, E. A. A Era pós-industrial: a sociedade do conhecimento e a educação para o pensar. Disponível em: <<http://www.hottopos.com/vidlib7/e2.htm>>. Acesso em: 20 ago 2017.

MANDEL, E. Tratado de economia marxista. Lisboa: Bertrand, 1985.

OCDE. Manual de Oslo: diretrizes para coleta e interpretação de dados sobre inovação. 3 ed. Brasília.

PAULO NETTO, J. Cinco notas a propósito da questão social. *Temporalis. Revista da ABEPSS, Brasília*, v. 2, n. 3, 2001.

PENROSE, E. T. The growth of the firm – a case study: The Hercules Powder Company. *Business History Review (pre-1986)*, v. 34, p. 1-23, 1960.

PETERAF, M.A. The cornerstones of competitive advantage: a resource-based view. *Strategic Management Journal*, v. 14, n. 3, p. 179-191, 1993.

RECUERO, R. *Redes sociais na Internet*. Porto Alegre: Sulina, 2008.

RIFKIN, J. *A era do acesso: a transição de mercados convencionais para networks e o nascimento de uma nova economia*. São Paulo: Makron Books, 2001.

SAÉNZ, T. W.; GARCÍA CAPOTE, Emílio. *Ciência, inovação e gestão tecnológica*. Brasília: CNI/IEL/SENAI/ABIPTI, 2002.

SANTOS, M. L. *Do giz à era digital*. São Paulo: Zouk, 2003.

SCHUMPETER, J. A. The analysis of economic change. *The Review of Economics and Statistics*, v. 17, n. 4, p. 2-10, 1935.

\_\_\_\_\_. *A. Teoria do Desenvolvimento Econômico. Uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico*. Tradução de Maria Sílvia Possas da versão original *The Theory of Economic Development (An Inquiry into Profits, Capital, Credit, Interest and the Business Cycle)* de 1934. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1997

SIMIONATTO, I. Gramsci sua teoria, incidência no Brasil, influência no serviço social. São Paulo: Cortez, 1995.

SINGER, P. Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas. São Paulo: Contexto, 1998.

TIGRE, P. Inovação e teorias da firma em três paradigmas. Revista de economia contemporânea, v. 3, p. 67-111, 1998.

TIDD, J.; BESSANT, J. Gestão da inovação-5. Bookman Editora, 2015.

VISER, E. A.; CARVALHO, H. Comunicação, trabalho e subjetividade: notas sobre capitalismo informacional, economia política e comunicação. In: BRITTOS, Valério (Org.). Digitalização e práticas sociais. Editora Unisinos: São Leopoldo/RS, 2009.

WELLMAN, B.; GULIA, M. Net Surfers don't Ride Alone: Virtual Communities as Communities, 2002. Disponível em: <<http://www.acm.org/~ccp/references/wellman/wellman.html>>. Acessado em: 22 abr 2016.

ZILBER, M. A.; LEX, S.; MORAES, C. A.; PEREZ, G.; VIDAL, P. G.; CORRÊA, G. B. F. A inovação e os fatores organizacionais característicos. Revista de Ciências da Administração, v. 10, n. 21, p. 76-96, 2008.